

Investir com dinheiro do Tesouro vai ficar mais difícil.

O corte é de 50%.

Os investimentos com recursos próprios do Tesouro sofrem o maior corte na proposta orçamentária enviada ontem ao Congresso. Eles caem 50% em relação ao ano passado, um reflexo na situação difícil do País, segundo o secretário de Orçamento e Finanças, Pedro Parente. Serão prejudicadas as atividades que dependem em maior grau desses recursos, como investimentos em transportes, por exemplo, incluída a construção de estradas.

Segundo a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), da Seplan, o governo recebeu pedidos de investimentos de NCz\$ 22 bilhões, mas só pôde distribuir NCz\$ 8,5 bilhões. Deste total, NCz\$ 4 bilhões estão condicionados à aprovação, pelo Congresso, dos projetos de lei que criarão as fontes de recursos para sua arrecadação. Essa é uma das novidades do ritual orçamentário previsto pela Constituição de 88.

No novo processo, o governo manda ao Congresso no ano anterior as mudanças exigidas na legislação tributária, para fechar o

Orçamento. Dessa forma, o pacote tributário enviado ao Congresso há dez dias já tem suas receitas previstas incluídas no projeto do Orçamento para 1990, mas de forma condicional: se não for aprovado, ou for só em parte, o Orçamento também terá despesas cortadas proporcionalmente. Ao todo — entre investimentos, custeio e outros gastos —, NCz\$ 5,9 bilhões em despesas estão condicionados à decisão do Congresso.

O projeto do Orçamento tem ainda uma novidade na atualização inflacionária dos seus valores. Para evitar que simples correções nominais exijam novos projetos a serem apreciados pelo Congresso, a proposta inclui um novo índice: a Unidade de Referência Orçamentária (URO). Ela deverá variar de acordo com o IPC ou com a evolução da arrecadação tributária — o que crescer menos. A URO também vai corrigir todas as dotações incluindo um redutor de 10% e prevendo uma revisão geral do Orçamento no dia 31 de julho de 90, para acomodar as diferenças.